

Ação contra o pagamento da dívida *Externa*

GAZETA MERCANTIL

por Aristides R. de A. Filho
de Brasília

Uma manobra política dos líderes de uma frente de partidos de esquerda (composta pelo PDT, PT, PSB, PCB e PC do B) pode vir a ameaçar a conclusão das negociações do governo brasileiro com os bancos credores privados sobre o pagamento das parcelas atrasadas dos juros e do principal da dívida externa (cerca de US\$ 8 bilhões).

Ontem, esses partidos — com o apoio de várias entidades civis — ingressaram no Supremo Tribunal Federal (STF) com medida liminar para suspensão imediata de todos os pagamentos da dívida, sob o argumento de que os débitos externos não podem ser quitados enquanto sua legitimidade estiver sendo examinada pela Comissão Mista do Congresso, criada por imposição do artigo 26 das Disposições Transitórias da Constituição. A Carta deu prazo para início da auditoria da dívida, mas não fixou data para o término das investigações pelo Legislativo.

Um ministro-relator do STF será escolhido hoje, por sorteio. A ele caberá a decisão sobre a aceitação ou não da liminar, com base no argumento da viola-

ção do preceito constitucional. O regulamento do STF estabelece que, nesse tipo de ação, o relator decide sem ouvir os demais ministros. O mérito da ação será julgado no final do ano.

Se for concedida a liminar, fica prejudicada, na prática, a eventual votação e aprovação do acordo com os credores no Senado, marcada para a próxima semana.

A oposição já vinha tentando bloquear o acordo no Senado, onde a tendência da maioria é pela aprovação. Conseguiu nas últimas 72 horas impedir a votação e, ontem, criou esse novo obstáculo. O argumento técnico é de que “o Congresso precisa examinar as comissões pagas”, segundo disse o líder do PDT, Vivaldo Barbosa, ao editor João Alexandre Lombardo.

Parte do objetivo político principal dos partidos de esquerda está praticamente garantida: o presidente Fernando Collor de Mello deve viajar aos Estados Unidos, na próxima segunda-feira, sem que os senadores tenham aprovado o acordo da dívida. A agenda de Collor nos EUA inclui conversas com banqueiros, credores sobre a reabertura dos créditos ao País.

(Ver página 22)